

Windepar Holding S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Windepar Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas, nos montantes de R\$ 69.239 mil e R\$ 366.125 mil na controlada e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“Covenants”).

O endividamento da Companhia e suas controladas, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de empréstimos e financiamentos, e suas alterações e recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliação a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”), que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC 1SP214160/O-5

Windepar Holding S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	934	41	4.337	2.745
Investimento de curto prazo	6	-	-	33.854	49.938
Contas a receber de clientes	7	-	-	7.266	7.083
Impostos de renda e contribuição social a compensar		695	115	695	115
Despesas pagas antecipadamente		2	1	13	32
Dividendos a receber	16	733	551	-	-
Mútuos a receber	16	5.867	50.183	-	-
Outros ativos		-	1	1.137	269
		8.231	50.892	47.302	60.182
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	40.136	20.896
Outros ativos		-	-	20	10
Investimento em controladas	8	301.803	294.163	-	-
Imobilizado	9	-	-	523.408	546.715
Intangível	10	-	-	18.858	19.322
Total do ativo		310.034	345.055	629.704	647.115
Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	3.436	2.319	22.666	17.617
Arrendamentos	13	-	-	89	82
Fornecedores	12	-	5	2.613	2.509
Salários, férias e encargos sociais		-	-	589	426
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	518	466
Outros tributos a recolher		1	9	312	455
Provisões de constituição de ativos	14	-	-	4.907	5.240
Provisão para compensação ambiental		-	-	494	494
Mútuos a pagar	16	-	56.978	-	56.000
Outros passivos		4	-	33	1
		3.441	59.311	32.221	83.290
Não circulante					
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	65.803	65.898	343.459	330.757
Arrendamentos	13	-	-	2.683	2.671
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	86.171	86.051	86.171	86.051
Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	10.545	10.545
Outros passivos		-	-	6	6
Total do passivo		155.415	211.260	475.085	513.320
Patrimônio líquido					
Capital social	18	212.284	178.754	212.284	178.754
Prejuízos acumulados		(57.665)	(44.959)	(57.665)	(44.959)
Total do passivo e patrimônio líquido		310.034	345.055	629.704	647.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.
Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	19	-	-	57.636	58.597
Custos operacionais					
Compra de energia elétrica		-	-	(11)	(62)
Encargos do uso da rede elétrica		-	-	(353)	(537)
Custos dos serviços prestados	20	-	-	(34.756)	(31.086)
		-	-	(35.120)	(31.685)
Lucro bruto		-	-	22.516	26.912
(Despesas) Receitas operacionais					
Administrativas e gerais	20	(665)	(720)	(2.986)	(3.170)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(2.563)	(90)	-	-
		(3.228)	(810)	(2.986)	(3.170)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(3.228)	(810)	19.530	23.742
Despesas financeiras	21	(10.405)	(11.453)	(31.686)	(32.771)
Receitas financeiras	21	927	2.461	1.806	1.556
		(9.478)	(8.992)	(29.880)	(31.215)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.706)	(9.802)	(10.350)	(7.473)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	(2.356)	(2.329)
Prejuízo do exercício		(12.706)	(9.802)	(12.706)	(9.802)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(12.706)	(9.802)	(12.706)	(9.802)
Resultado abrangente do exercício	<u>(12.706)</u>	<u>(9.802)</u>	<u>(12.706)</u>	<u>(9.802)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	178.754	(35.157)	143.597
Prejuízo do exercício	-	(9.802)	(9.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.754	(44.959)	133.795
Aumento de capital	33.530	-	33.530
Prejuízo do exercício	-	(12.706)	(12.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	212.284	(57.665)	154.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.706)	(9.802)	(10.350)	(7.473)
Ajustes no resultado para:				
Depreciação e amortização	441	444	22.699	22.530
Resultado de equivalência patrimonial	2.563	90	-	-
Encargos sobre dívidas, arrendamentos e mútuo	10.310	11.388	30.840	31.093
Receita de aplicações financeiras	-	(4)	(1.805)	(1.268)
Outras despesas e receitas	(951)	(2.567)	-	(73)
Baixa de ativos	-	-	1.463	-
	(343)	(451)	42.847	44.809
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(183)	(3.033)
Tributos a compensar	(580)	(143)	(580)	(255)
Despesas pagas antecipadamente	-	(1)	19	(1)
Outros ativos	-	-	(868)	(63)
	(580)	(144)	(1.612)	(3.352)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(5)	4	104	(8.485)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	163	28
Tributos a recolher	(8)	(2)	(877)	(98)
Provisões de constituição de ativos	-	-	(333)	-
Outros passivos	4	47	32	3.478
	(9)	49	(911)	(5.077)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-	-	(1.612)	(2.014)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(932)	(546)	38.712	34.366
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(12.230)	-	-
Resgate títulos e valores mobiliários	-	-	52.824	21.847
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	-	(54.165)	(73.624)
Recebimento por redução de capital em controladas	-	3.501	-	-
Pagamento provisão de constituição de ativos	-	-	-	(4.421)
Adições no imobilizado	-	-	(252)	(8.131)
Adições no intangível	-	-	(9)	(1.488)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(8.729)	(1.602)	(65.817)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	120	6.171	120	6.171
Ingresso de dívidas	-	-	13.562	44.124
Pagamento de juros sobre financiamento e debêntures	(5.465)	(5.475)	(14.443)	(23.784)
Pagamento de principal de financiamentos e debêntures	(2.679)	(1.485)	(10.702)	(12.134)
Pagamento de arrendamento	-	-	(441)	(741)
Empréstimo pago de partes relacionadas	(24.610)	-	(23.614)	-
Empréstimo recebido de partes relacionadas	34.459	9.735	-	7.685
Caixa líquido (aplicados nas) proveniente das atividades de financiamentos	1.825	8.946	(35.518)	21.321
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	893	(329)	1.592	(10.130)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	41	370	2.745	12.875
Saldo no final do exercício	934	41	4.337	2.745
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	893	(329)	1.592	(10.130)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A..

A Windepar controla cinco companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL n°	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDVI')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDVII')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						98,7	50,9

Não há previsão de renovação das autorizações, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

1.1. Impactos do COVID-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e suas controladas, juntamente com sua controladora Alupar, adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

O negócio das controladas da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, dado que os contratos são na modalidade de quantidade contratada e os preços de energia já foram acordados no leilão de forma que estão no ambiente regulado. Desta forma, a Administração não considera que exista risco relevante de realização de seus recebíveis.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos principais saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos de renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os contratos de arrendamento no qual as controladas da Companhia são arrendatárias não sofreram alterações durante a pandemia, conseqüentemente não houveram remensurações dos passivos de arrendamento.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e de suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas e suas respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7) - registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Imobilizado (nota explicativa nº 9) e Intangível (nota explicativa nº 10) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para constituição de ativos (nota explicativa nº 14); Provisão para contingências (nota explicativa nº 14) e Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Razão social	Tipo de investimento	Participação (%)	
		2020	2019
Energia dos Ventos I S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Controlada	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os saldos das contas a receber de clientes de suas controladas é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um saldo das contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As

informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e de suas controladas têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a

Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos dos contratos em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e à suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

• Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3.1. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo dos contratos. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.3.2. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras de suas controladas a serem finalizadas oriundas das autorizações, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

3.3.3. Provisões para contingências

A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, por suas controladas, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por: Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e softwares.

3.6 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início se o contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.7 Tributação

• Tributos sobre as vendas de energia

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

• **Imposto de renda e contribuição social - correntes**

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado da Companhia (sistemática do Lucro Real), devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240 anuais, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados nas controladas da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

• **Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de:

- R\$171,66 MH/h (R\$165,02 MH/h em 2019) para a EDV I;
- R\$170,01 MW/h (R\$163,45 MH/h em 2019) para a EDV II;
- R\$172,08 MW/h (R\$165,42 MH/h em 2019) para a EDV III;
- R\$171,34 MW/h (R\$164,72 MH/h em 2019) para a EDV IV; e
- R\$170,80 MW/h (R\$164,19 MH/h em 2019) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)).

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Numerário disponível	-	28	2.909	491
Certificados de depósitos bancários	934	13	934	2.245
Aplicações financeiras	-	-	494	9
	934	41	4.337	2.745

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média 95% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, para a Companhia, e em média, de 95% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, para as controladas.

6 Investimento de curto prazo

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Conta vinculada ao BNDES	35.530	16.877
Conta vinculada as Debêntures	5.351	4.675
Fundo de investimento	33.089	49.272
	73.970	70.824
Circulante	33.854	49.938
Não circulante	40.116	20.886

O saldo da conta vinculada ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média de 95% a 95% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

O fundo de investimento refere-se ao fundo exclusivo STA Energia, mensurado ao valor justo por meio do resultado, e é remunerado em média por 88,56% em 31 de dezembro de 2020 (97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ambiente regulado	6.726	6.533
Energia de curto prazo	540	550
	7.266	7.083

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída, por suas controladas, provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos:	Saldo em 31/12/2019	Aumento de Capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
EDV I	61.539	3.198	(95)	(1.745)	-	62.897
EDV II	36.152	2.268	(60)	39	(9)	38.390
EDV III	50.867	2.070	(86)	727	(173)	53.405
EDV IV	97.970	307	(134)	(34)	-	98.109
EDV X	47.635	2.983	(66)	(1.550)	-	49.002
Total	294.163	10.826	(441)	(2.563)	(182)	301.803

Em 1º de julho de 2020 foi realizado o aumento de capital nas controladas, mediante a conversão de crédito de mútuo, no montante de R\$10.826.

Investimentos:	Saldo em 31/12/2018	Aumento de Capital	Amortização do intangível	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2019
EDV I	45.749	17.757	(96)	(667)	(1.204)	-	61.539
EDV II	22.613	13.923	(59)	(486)	211	(50)	36.152
EDV III	35.366	15.538	(86)	(805)	1.120	(266)	50.867
EDV IV	95.149	3.188	(125)	(994)	987	(235)	97.970
EDV X	31.836	17.630	(78)	(549)	(1.204)	-	47.635
Total	230.713	68.036	(444)	(3.501)	(90)	(551)	294.163

Em 15 de fevereiro de 2019 foi realizado o aumento de capital nas controladas, mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$68.036.

Em 9 de abril de 2019 as suas controladas, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social em R\$18.513, sendo que R\$15.012 foi destinado para a absorção do prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2018 das próprias controladas, e o restante de R\$3.501 foi feito a devolução de capital para a Companhia.

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2020						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado
EDVI	69.078.029	69.078.028	100,00%	138.743	78.396	12.585	(1.745)
EDVII	41.414.069	41.414.068	100,00%	77.028	40.210	7.306	39
EDVIII	51.622.406	51.622.405	100,00%	109.236	58.111	10.910	727
EDVIV	95.945.147	95.945.146	100,00%	184.115	89.345	17.611	(34)
EDVIX	54.836.762	54.836.761	100,00%	107.156	60.208	9.223	(1.550)

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2019						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado
EDVI	65.587.835	65.587.834	100,00%	145.419	86.525	12.815	(1.204)
EDVII	38.849.815	38.849.814	100,00%	78.944	44.423	7.407	211
EDVIII	49.472.533	49.472.532	100,00%	112.607	64.106	11.083	1.121
EDVIV	95.632.013	95.632.012	100,00%	184.380	89.883	17.907	988
EDVIX	51.536.714	51.536.713	100,00%	114.347	68.832	9.385	(1.204)

9 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado										
		31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Transferência para intangível	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Outros	31/12/2020
Em serviço												
Terrenos		6.600	-	-	-	-	6.600	-	-	-	-	6.600
Edificações e obras civis	5%	2.863	-	-	8.018	-	10.881	-	-	-	-	10.881
Máquinas e equipamentos	5%	489.244	10.651	-	79.811	-	579.706	34	(20)	3.279	6	583.005
Móveis e utensílios	20%	29	-	-	17	-	46	-	-	43	-	89
Direito de uso s/ arrendamento	6%	-	2.828	-	-	-	2.828	-	-	-	124	2.952
Total do custo do imobilizado		498.736	13.479	-	87.846	-	600.061	34	(20)	3.322	130	603.527
Depreciação												
Edificações e obras civis		(253)	(1.160)	-	-	-	(1.413)	(358)	-	802	-	(969)
Máquinas e equipamentos		(47.857)	(20.731)	-	-	-	(68.588)	(21.665)	-	(801)	-	(91.054)
Móveis e utensílios		(2)	(2)	-	-	-	(4)	(13)	-	(1)	-	(18)
Direito de uso s/ arrendamento		-	(161)	-	-	-	(161)	(190)	-	-	-	(351)
Total da depreciação		(48.112)	(22.054)	-	-	-	(70.166)	(22.226)	-	-	-	(92.392)
Imobilizado em curso		108.188	10.851	(12.854)	(88.665)	(700)	16.820	218	(1.443)	(3.322)	-	12.273
Total do imobilizado líquido		558.812	2.276	(12.854)	(819)	(700)	546.715	(21.974)	(1.463)	-	130	523.408

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra do sistema de conexão de transmissão, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas e/ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras.

10 Intangível

		Consolidado							
Taxa média anual de amortização		31/12/2018	Adições	Transferência p/ imobilizado	31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020	
Em serviço									
Software	20%	153	-	-	153	9	7	169	
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921	-	-	13.921	
Servidões	3%	-	-	-	-	-	7.036	7.036	
Em curso									
Software		83	-	-	83	-	(83)	-	
Outros intangíveis		3.957	1.488	1.519	6.964	-	(6.964)	-	
Total do custo do intangível		18.114	1.488	1.519	21.121	9	(4)	21.126	
Amortização									
Software		(77)	(31)	-	(108)	(32)	-	(140)	
Direito de exploração		(1.247)	(444)	-	(1.691)	(441)	4	(2.128)	
Total da amortização		(1.324)	(475)	-	(1.799)	(473)	4	(2.268)	
Total do intangível líquido		16.790	1.013	1.519	19.322	(464)	-	18.858	

a) Direito de exploração:

Os direitos de exploração da autorização gerados na aquisição de ações estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Financiadores	Empresa	Controladora					Consolidado				
		31/12/2020				31/12/2019	31/12/2020				31/12/2019
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão	Windepar	235	(4.179)	73.183	69.239	68.217	235	(4.179)	73.183	69.239	68.216
BNDDES	EDV I	-	-	-	-	-	168	(63)	68.043	68.148	64.095
BNDDES	EDV II	-	-	-	-	-	95	(40)	38.504	38.559	34.583
BNDDES	EDV III	-	-	-	-	-	141	(46)	56.372	56.467	54.533
BNDDES	EDV IV	-	-	-	-	-	209	(54)	81.951	82.106	77.626
BNDDES	EDV X	-	-	-	-	-	125	(52)	51.533	51.606	49.321
Total		235	(4.179)	73.183	69.239	68.217	973	(4.434)	369.586	366.125	348.374
Circulante		235	(517)	3.718	3.436	2.319	973	(772)	22.465	22.666	17.617
Não circulante		-	(3.662)	69.465	65.803	65.898	-	(3.662)	347.121	343.459	330.757

a. As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	68.217	66.475	348.374	312.007
Ingresso de dívidas	-	-	13.562	44.125
Provisão de encargos de dívidas	9.166	8.702	29.334	28.160
Amortização do principal	(2.679)	(1.485)	(10.702)	(12.134)
Amortização do encargos	(5.465)	(5.475)	(14.443)	(23.784)
Saldo final	69.239	68.217	366.125	348.374

• **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas**

Em 07 de março de 2017, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2017 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$60.000. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2021 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante os exercícios de 2020 e 2019, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• **Debêntures - Controladora**

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$10 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos durante o ano de 2020, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Controladora	3.436	4.173	5.739	8.087	9.652	10.826	27.326	69.239
Consolidado	22.666	24.933	27.735	31.394	34.354	36.609	188.434	366.125

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e Serviços	-	5	2.613	2.509
	-	5	2.613	2.509

13 Arrendamentos

Movimentação dos arrendamentos	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.753	-
Adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	3.153
Juros incorridos	336	341
Contraprestação paga	(441)	(741)
Outros	124	-
Saldo final	2.772	2.753

Natureza do arrendamento	Condições contratuais					Consolidado	
	Prazo do contrato	Valor presentes dos pagamentos	Índice de reajuste	Taxa a.a (%)	Periodicidade da amortização	31/12/2020	31/12/2018
Imóveis em geral	5 anos	486	IGP-M	9,26	Mensal	265	276
Terrenos de parques eólicos	30 anos	2.667	IPCA	10,30	Mensal	2.507	2.477
Total						2.772	2.753
Circulante						89	82
Não circulante						2.683	2.671

Parcelas vencíveis dos arrendamentos	31/12/2020							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Consolidado	89	168	81	32	20	20	2.362	2.772

14 Provisões para constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.240	1.033
Adições	-	8.632
Realização	(333)	(4.425)
Saldo final	4.907	5.240

15 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas não possuem processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Transação / parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Balço patrimonial				
Ativo				
Mutuo - EDV I ii)	1.741	14.124	-	-
Mutuo - EDV II ii)	-	8.246	-	-
Mutuo - EDV III ii)	-	8.224	-	-
Mutuo - EDV IV ii)	2.428	7.219	-	-
Mutuo - EDV X ii)	1.698	12.370	-	-
	5.867	50.183	-	-
Dividendos - EDV II	59	50	-	-
Dividendos - EDV III	439	266	-	-
Dividendos - EDV IV	235	235	-	-
	733	551	-	-
Total do ativo	6.600	50.734	-	-
Passivo				
Mutuo - EDV I ii)	-	401	-	-
Mutuo - EDV IV ii)	-	577	-	-
Mutuo - Alupar i)	-	56.000	-	56.000
	-	56.978	-	56.000
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	265	276
AFAC - Alupar	86.171	86.051	86.171	86.051
Total do passivo	86.171	143.029	86.436	142.327
Demonstração de resultado				
Receita de juros sobre mútuo ativo - EDVs	951	2.567	-	-
Despesa de juros sobre mútuo passivo - Alupar i)	(1.144)	(2.592)	(1.144)	(2.592)

- Referia-se a contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora Alupar, liquidados parcialmente no montante de R\$23.212 em 30 de junho de 2020 e o restante, no montante de R\$33.530 convertido para aumento de capital em 1º de julho de 2020. Os contratos eram remunerados a 100% da CDI a.a.
- Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e suas controladas, com vencimentos em julho de 2021, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos são remunerados a 100% da CDI a.a. Em 1º de julho de 2020 parte do mútuo foi convertido em capital social nas controladas pela Companhia, no montante de R\$ 10.826.

16.2 Garantias

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	297.149
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

16.3 Remuneração da alta administração

A Alupar, controladora da Companhia, optou por não realizar pagamentos de remuneração da alta administração através da Companhia e de suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A remuneração da Alta Administração da Companhia e de suas controladas é paga pela própria Alupar.

17 Provisões para Desmobilização de ativo

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
EDV I	6.105	6.105
EDV X	4.440	4.440
	10.545	10.545

18 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$212.284 em 31 de dezembro de 2020 (R\$178.754 em 31 de dezembro de 2019) representado por 207.820.239 ações ordinárias (2019: 164.832.956 ações ordinárias), pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

Em 1º de julho de 2020 através da Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$33.530 com a emissão 42.987.283 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,78 por ação. O aumento de capital foi integralizado com crédito mútuo.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia - ambiente regulado	60.035	60.757
Ajuste positivo CCEE	98	376
Receita Bruta	60.133	61.133
PIS - Programa de integração social	(390)	(397)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.804)	(1.834)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(303)	(305)
Deduções da receita	(2.497)	(2.536)
Receita operacional líquida	57.636	58.597

20 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.254)	(938)	(1.062)	(953)
Material	-	-	(550)	(10)	(206)	(11)
Serviços de Terceiros	(171)	(228)	(9.981)	(1.298)	(6.673)	(1.444)
Depreciação e amortização	(441)	(444)	(22.127)	(572)	(21.985)	(545)
Alugueis	-	-	(132)	(24)	(178)	(30)
Seguros	(1)	(2)	(583)	(16)	(696)	(111)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(59)	(1)	(39)	-
Outros tributos e taxas	(49)	(46)	(27)	(84)	(247)	-63
Outros	(3)	-	(43)	(43)	-	(13)
	(665)	(720)	(34.756)	(2.986)	(31.086)	(3.170)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	18	10	1.779	1.458
Outros	909	2.451	27	98
Total	927	2.461	1.806	1.556
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida	(10.310)	(11.388)	(30.840)	(31.240)
Outros	(95)	(65)	(846)	(1.531)
Total	(10.405)	(11.453)	(31.686)	(32.771)
Resultado financeiro	(9.478)	(8.992)	(29.880)	(31.215)

22 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	60.133	60.133	61.133	61.133
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	4.811	7.216	4.891	7.336
Receita financeira	1.806	1.806	1.556	1.556
	6.617	9.022	6.447	8.892
Alíquota de 15% e 9%	992	812	967	800
Alíquota adicional de 10%	638	-	621	-
	1.630	812	1.588	800
Outros	(85)	(1)	(59)	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social	1.545	811	1.529	800

O imposto de renda e a contribuição social das controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa e compõe indicador para o cálculo de ICSD, razão pela qual os cálculos são apresentados partindo dos valores de recebimento de caixa e não do resultado líquido acumulado do exercício. O valor considerado para cálculo de ICSD no exercício de 2020, foi de R\$1.828, excluindo do total de R\$2.356 o valor de R\$528 referente aos impostos pagos oriundos das receitas financeiras.

23 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2020		31/12/2010			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa	2.909	2.909	491	491	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	1.428	1.428	2.254	2.254	Valor justo por meio do resultado	2
Investimento de curto prazo	33.854	33.854	49.938	49.938	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores imobiliários	40.116	40.116	20.886	20.886		
Contas a receber de clientes	7.266	7.266	7.083	7.083	Custo amortizado	-
	85.573	85.573	80.652	80.652		
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.613	2.613	2.509	2.509	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	296.886	296.886	280.158	280.158	Custo amortizado	-
Debêntures	69.239	64.062	68.216	64.062	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	2.772	2.772	2.753	2.753	Custo amortizado	-
	371.510	366.333	353.636	349.482		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

23.2 Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para mitigar esse risco os contratos de venda de energia foram realizados no ambiente regulado (ACR) que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	252.739	11.178	14.013	16.847	19.681	22.515
			1,68%	2,52%	3,37%	4,21%	5,05%
Debêntures	IPCA +	69.239	6.903	7.533	8.163	8.793	9.423
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	44.147	2.390	2.775	3.160	3.545	3.930

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador		Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			1,69%	2,53%	3,38%	4,22%	5,06%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.428	24	36	48	60	72
Títulos e valores mobiliários	CDI	73.970	1.248	1.872	2.496	3.121	3.745

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

24 Benefícios a empregados

A controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$344 em 31 de dezembro 2020 e R\$406 em 31 de dezembro de 2019.

No plano de contribuição definida, as controladas da Companhia patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

25 Cobertura de seguros

As suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco de responsabilidade civil	25.000	11	10/12/2021
Riscos nomeados e operacional	1.044.497	582	10/12/2021
	1.069.497	593	

* * *

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Financeiro

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0